

ARTIGO

DESMISTIFICANDO UM TABU: O SUICÍDIO NA PMERJ

DANIEL FERREIRA DE SOUZA

Mestre em Administração Pública, pela Fundação Getúlio Vargas (2021). Possui graduação em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo (2017). É oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro desde 2010, com experiência na área de Segurança Pública e ênfase em Atividade de Inteligência de Segurança Pública.

País: Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

Email: daniel10472010@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4655-6536>

HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY

Professor-pesquisador da FGV-EBAPE, instituição na qual também exerce a função de coordenador do Mestrado Profissional em Gestão Empresarial. Editor-chefe da Cadernos EBAPE. Coordenador da Divisão de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho na ANPAD.

País: Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

Email: helio.irigaray@fgv.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

Contribuições dos autores: O autor e o coautor participaram de maneira ativa, tanto na concepção, elaboração, delineamento e revisão do texto, quanto na análise dos dados expostos.

RESUMO

O suicídio é um fenômeno cada vez mais comum entre os policiais militares do estado do Rio de Janeiro. Para tentar mitigar a sua ação e os seus efeitos, é imperioso entender os principais fatores e peculiaridades relacionados ao suicídio consumado e tentado de policiais militares da ativa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Buscando esse objetivo, esta pesquisa empírica, com inspiração etnográfica, dado que o pesquisador faz parte da corporação, é um estudo aprofundado e pouco explorado a respeito do tema. Para alcançar o objetivo central da pesquisa, foram analisados dados estatísticos a respeito do fenômeno do suicídio na PMERJ, bem como foram realizadas entrevistas com policiais militares envolvidos em casos de suicídio de maneira direta ou indireta. Os resultados obtidos apontam para uma multiplicidade de questões, nomeadamente, o cotidiano do ofício em si, problemas psicológicos, familiares, bem como disciplinares dentro da corporação. O campo revela que o suicídio é um tabu negligenciado na polícia militar fluminense e que os policiais militares do estado não estão capacitados a detectar os sinais de um potencial suicida. A partir dos resultados desta pesquisa, observa-se a necessidade de que sejam realizados investimentos e uma maior atenção à saúde mental dos policiais militares, assim como maiores investimentos e atenção à capacitação dos policiais PMERJ, quanto à identificação de sinais a respeito do suicídio e das doenças de cunho psicoemocional.

Palavras-chave: Suicídio. Policial militar. Saúde mental.

ABSTRACT

DEMYSTIFYING A TABOO: SUICIDE AT PMERJ

The suicide is an increasingly common phenomenon between military police officers on Rio de Janeiro. To reduce the effects of suicide phenomenon is important understand the main factors and peculiarities linked to the

suicides and attempted suicides of the military police officers in activity in the Military Police of Rio de Janeiro (PMERJ). We realized the empirical research with an ethnographic view, because the researcher is military police officer. To reach the research central objective, we analyzed statistics about the suicide phenomenon in PMERJ, and we made interviews with military police officers involved directly or indirectly in suicide cases. The results show a great number of specific factors, like the police officer professional daily, psychological and family problems, as well as disciplinary questions. The research field showed that the suicide is a taboo, that is neglected in fluminense military police, and the military police officers aren't trained to detect the suicidal signals. The results of this research show too the necessity of investments in the mental health, training of the military police officers, and the special attention with the identification, and tact, with the suicide and psycho-emotional diseases. Is important understand the suicide phenomenon in PMERJ, to demonstrate that psycho-emotional conditions of the military police officers are neglected in the corporation and, above that, in the society.

Keywords: *Suicide. Military police officers. Mental health.*

Data de Recebimento: 08/03/2023 – **Data de Aprovação:** 11/09/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1884

INTRODUÇÃO

O suicídio e as suas variáveis são fenômenos que, ainda hoje, são objetos de discussão e fontes de pesquisas na academia, assim como no mundo profissional, sobretudo, entre os profissionais da saúde. Eles são apontados como fenômenos biopsicossociais e multifatoriais, que possuem especificidades variáveis, de acordo com o grupo analisado (Durkheim, 2000; MS, 2017; OMS, 2023).

Evidências apontam para uma forte correlação entre os casos de suicídios tentados e consumados dos empregados, com suas condições físicas e psicológicas no ambiente de trabalho (Dejours, 1992). Tais condições incluem o reconhecimento dos resultados alcançados como mérito da gestão, e não como mérito do esforço do trabalhador, o que resulta na sua desvalorização, na perda do sentido do trabalho e na busca, a qualquer custo, dos objetivos e metas estabelecidas pela organização (Dejours; Bègue, 2010).

Por outro lado, o trabalho não se limita a uma atividade remunerada ou a um escambo econômico, dado que ele desempenha um papel fundamental na construção de nossa identidade pessoal, social e profissional, sendo fonte de reconhecimento e autoestima e, principalmente, de constituição da arena social onde interagimos com outras pessoas e criamos vínculos afetivos (Irigaray *et al.*, 2019). Assim, o enfraquecimento do sentimento de pertencimento e coletividade dos trabalhadores, agregado à precarização das relações de trabalho, também configuram como causas dos suicídios e das tentativas de suicídio no ambiente organizacional (Torres; Meneghetti, 2019).

Tal dinâmica, dessa maneira, segundo estudos a respeito do tema, pode ser observada nas instituições policiais e, sobretudo, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), haja vista as constantes e corriqueiras pressões internas e externas, oriundas dos gestores da Corporação e, principalmente, da sociedade e da mídia que, somadas às péssimas condições de trabalho, bem como aos baixos salários, tornam o sistema ainda mais problemático (Miranda *et al.*, 2020); por isso, os policiais militares são um grupo de risco, no que tange à questão do suicídio. De fato, esses homens e mulheres estão expostos a situações de grande violência, direta e indiretamente, não só física, mas também verbal, que impactam nas suas estruturas psicológicas, além de sofrerem com a falta de reconhecimento e estigmatização por

grande parte da população do estado (Miranda, 2016). A PMERJ, objeto deste artigo, tem observado, historicamente, uma alta nas taxas de suicídio e tentativas de suicídio, além de uma elevada taxa de subnotificações (Miranda; Guimarães, 2016).

Nesse sentido, objetivando descortinar tal estrutura, buscamos, ao longo deste artigo, responder às seguintes perguntas: Quais são as características mais marcantes dos policiais militares pertencentes à PMERJ envolvidos nesses casos? Quais são os principais fatores que contribuem com a ocorrência desse fenômeno?

ENTENDENDO O SUICÍDIO E AS SUAS PECULIARIDADES

Toda a morte resultante, de maneira direta ou indireta, de um ato realizado pela vítima, a qual visualizava que seu ato produziria tal resultado, é classificada como um suicídio (Durkheim, 2000). O suicídio acaba sendo um dos resultados ligados a momentos de crises, principalmente nos prismas econômicos e sociais, sendo um fenômeno precipuamente ligado a problemas sociais, especialmente quanto às suas estruturas (Marx, 2006).

Diversos estudos apontam para o fato de que a consumação do ato do suicídio depende de múltiplos fatores contributivos que, somados, acabam gerando o fatídico acontecimento (Kutcher; Chehil, 2007; Miranda, 2016). Determinadas características emocionais, comportamentais e mentais intrínsecas, além de fatos e situações passadas pelo indivíduo que cometeu o suicídio, ajudam a examinar o contexto e o fenômeno envolvido em tal ato (Durkheim, 2000). Com isso, a análise do grupo no qual o suicida fazia parte é de fundamental importância para uma correta compreensão do suicídio (CFP, 2013; Corrêa; Barrero, 2006).

Angústia, dor, sofrimento, abandono, desespero, impotência e esquizofrenia são as principais associações feitas quando falamos em causas desse ato extremo (Prieto; Tavares, 2005); todavia, cerca de um terço dos casos de suicídio estão ligados ao consumo de álcool e drogas (OMS, 2000). De fato, o uso exagerado dessas substâncias químicas potencializa a propensão ao suicídio (Vidal *et al.*, 2013).

Ainda a respeito dos problemas psicológicos, grande parte dos indivíduos que tentaram o suicídio apresentam problemas psicológicos não tratados, predominantemente depressão, que é, geralmente, tratada de forma equivocada e/ou negligenciada por parte dos profissionais do sistema primário de saúde brasileiro, havendo, em grande parte dos casos, apenas encaminhamentos frios e burocráticos para sistemas ineficazes de tratamento de saúde mental, sem um tratamento multidisciplinar e nem uma continuidade de tratamento (Dahlberg; Krug, 2006; Prieto; Tavares, 2005; Vidal *et al.*, 2013).

Depressão, por definição, é um tipo de distúrbio psicológico, no qual perdurariam, por um longo tempo, a sensação de tristeza e a angústia, as quais dominam a vida do indivíduo e monopolizam questões nas quais essas emoções não teriam necessidade de estarem inseridas, sendo sentidas de forma incontrollável e intensa (Ekman, 2011).

De fato, mais de 90% das pessoas que dão fim às suas próprias vidas possuíam transtornos mentais (Botega, 2015). Esse fator, contudo, como destacam os acadêmicos que estudam o tema, não pode ser analisado isoladamente (Dahlberg; Krug, 2006; Kutcher; Chehil, 2007; Miranda, 2020, OMS, 2019; Vidal, 2013). Ainda que não possa ser analisada isoladamente, a depressão possuiria uma forte ligação com suicídios e tentativas de suicídio (Botega, 2015; Dahlberg; Krug, 2006; Vidal *et al.*, 2013).

Segundo o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5), a respeito da ligação entre o suicídio, suas variáveis e os indivíduos com depressão, bem como algumas das principais motivações, é destacado que:

Pensamentos sobre morte, ideação suicida ou tentativas de suicídio (Critério A9) são comuns. Esses pensamentos variam desde um desejo passivo de não acordar pela manhã, ou uma crença de que os outros estariam melhor se o indivíduo estivesse morto, até pensamentos transitórios, porém recorrentes, sobre cometer suicídio ou planos específicos para se matar. [...] As motivações para o suicídio podem incluir desejo de desistir diante de obstáculos percebidos como insuperáveis, intenso desejo de pôr fim a um estado emocional extremamente doloroso, incapacidade de antever algum prazer na vida ou o desejo de não ser uma carga para os outros (American Psychiatric Association, 2014, p. 164).

Dessa maneira, é importante entendermos as ferramentas relacionadas à depressão e quais são os principais conceitos que podem ter ligação com o suicídio em si, pois o entendimento desta intrincada relação consegue trazer respostas mais claras para o pesquisador, que pode conseguir uma análise mais substancial da pesquisa a respeito do suicídio (Marback; Pelisoli, 2014).

Outro fator relevante para entender o suicídio é a questão de gênero. A grande maioria dos indivíduos ligados a casos de suicídio consumado é composta por homens (Botega, 2014), independente de fatores culturais, profissionais, religiosos, sociais, entre outros (Baére; Zanello, 2020).

REFLEXÕES ACERCA DO SUICÍDIO EM FORÇAS POLICIAIS E NA PMERJ

A insatisfação quanto ao ambiente e às condições de trabalho, bem como ao sofrimento que tais fatores exercem no indivíduo, conforme sugerem determinados estudos, contribuem decisivamente para o autoextermínio (Freitas, 2011; Miranda *et al.*, 2020). Dentro dessa estrutura, podemos salientar que policiais militares acabam sendo considerados pertencentes a um grupo profissional de risco quanto à questão do suicídio (Miranda, 2016). Entre os fatores mais importantes, observa-se a alta exposição dos militares a situações de violência, tanto física quanto verbal, além de longas e extenuantes jornadas de trabalho durante toda a carreira. Tais condições acabam trazendo diversos danos a esses profissionais, não só físicos, como psicológicos e sociais (Minayo; Assis; Oliveira, 2011).

Conforme apontam determinados estudos a esse respeito, o estresse policial se originaria, basicamente, de duas fontes principais. A primeira seria ligada a problemas naturalmente inerentes à profissão policial, como a exposição permanente a violências e traumas ligados a experiências operacionais negativas. Para Violanti (1996), a exposição a ambientes hostis, os casos de agressão contra o policial, bem como as ocorrências violentas em que o policial acaba tendo que atuar contribuem para o suicídio destes profissionais. Outra fonte contribuinte para o agravamento dos fatores de alto estresse da profissão seria ligada a problemas organizacionais (Choi; Kruis; Yun, 2020; Shane, 2010).

O acesso e a utilização de armas de fogo pelas profissões policiais contribuem decisivamente para os casos de suicídio, tendo em vista a sua alta letalidade (Choi; Kruis; Yun, 2020; Santos, 2007; Violanti, 1996). Para Porto e Silva (2018), peculiaridades do serviço policial militar; stress; escalas de serviço desgastantes, que limitam o convívio social; medos de punições disciplinares; assim como um

sentimento de inutilidade, por parte do policial militar, acabam contribuindo para o comportamento suicida. Tal panorama “é agravado pela acessibilidade à arma de fogo, que se constitui no principal meio de execução do ato suicida” (Porto; Silva, 2018, p. 210).

Na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, segundo Miranda (2016), alguns fatores particulares teriam um impacto determinante nos casos de suicídio de seus membros, estando entre os principais: a) atritos e perseguições de superiores hierárquicos; b) transferências inesperadas sem um aviso prévio, impedindo que o policial militar possa ter tempo para estruturação e organização de sua vida pessoal; e c) escaladas de serviço desgastantes.

Para reforçar tais arcabouços, há uma forte dificuldade entre as instituições policiais quanto à aceitação do fenômeno do suicídio entre os seus membros, em especial na PMERJ, alimentando um tabu de complexa permeabilidade (Miranda *et al.*, 2020; Miranda; Guimarães, 2016). Como consequência disso, há uma resistência na disponibilização e no tratamento de dados a respeito de casos de suicídio e tentativa de suicídio, não só para o público externo, como também para o público interno da corporação, incluindo as unidades de saúde e apoio. Assim, a produção científica dessa importante área do conhecimento, o entendimento do suicídio no órgão, além do acompanhamento do fenômeno ficam extremamente comprometidos.

No intuito de descortinar o tema, buscamos, inicialmente, realizar análises estatísticas do fenômeno do suicídio entre policiais militares, com ênfase nos policiais em atividade, tendo em vista que são eles os que estão diariamente sob as diversas condições profissionais, ambientais e pessoais consideradas nocivas e que, de certa maneira, podem ter influência nas ações de autoextermínio. Como passo inicial, expomos o índice de suicídio de policiais militares entre os anos de 2016 e 2020, com ênfase posterior nos militares da ativa.

TABELA 1

Suicídio de Policiais Militares Ativos e Inativos (2016-2020)

Ano	Total Anual	Ativo	Inativo
2016	06	06	00
2017	08	05	03
2018	02	02	00
2019	10	05	05
2020	11	06	05
TOTAL GERAL	37	24	13

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ.

TABELA 2

Suicídio de Oficiais e Praças da Ativa (2016-2020)

Ano	Total Anual	Praças da Ativa	Oficiais da Ativa
2016	06	06	00
2017	08	05	00
2018	02	02	00
2019	10	05	00
2020	11	05	01
TOTAL GERAL	37	23	01

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ.

Baseados nos dados estatísticos fornecidos pela Subsecretaria de Inteligência da SEPM (SSI), que versam a respeito do suicídio de policiais militares ativos e inativos entre 2016 e 2020 (Tabela 1), constata-se que a maioria dos suicídios ocorreu entre policiais militares da ativa, somando 24 (vinte e quatro) casos, contra 13 (treze) casos de inativos, ou seja, aposentados. Tal índice se mostra superior em mais de 80%. Esses dados confirmam as análises e os estudos acerca do predomínio de policiais militares da ativa que consomem o suicídio antes de chegar à metade da carreira (Miranda 2016; 2020; Violanti, 1996).

Outro dado que chama atenção, evidenciado na Tabela 2, é que a maioria dos indivíduos que cometeram suicídio é composta por praças da PMERJ, que abarca a mão de obra executora da instituição. Tais dados reforçam evidências descritas por Miranda (2016), que salienta:

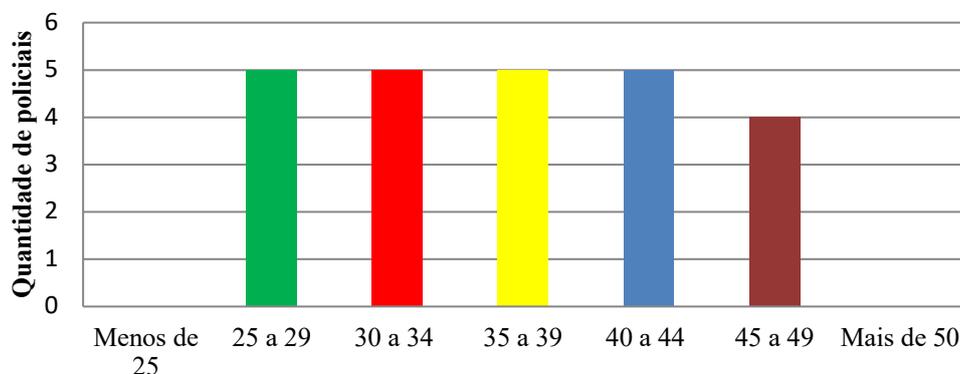
Os policiais militares praças compõem a maior parte da amostra pesquisada nos três grupos de entrevistados. Apenas 11 dos 224 respondentes ao questionário fazem parte do quadro de oficiais da PMERJ. Desse total, apenas 1 policial militar Major confessou ter tido pensamentos suicidas em algum momento de sua vida (Miranda, 2016, p. 46).

Ao nos debruçarmos no índice de suicídio consumado de praças da ativa, comparativamente com o índice de oficiais da ativa, 23 (vinte e três) casos contra 01 (um), vemos que a taxa de suicídio de oficiais da ativa corresponde a menos de 5% do total (aproximadamente 4,3%). Se levarmos em conta que o efetivo de oficiais é de aproximadamente 10% do efetivo total da PMERJ, segundo dados da seção responsável pelo controle de pessoal da corporação (PM-1), a chance da praça da polícia militar cometer o autoextermínio acaba sendo proporcionalmente muito maior do que a de um oficial.

No intuito de buscar estabelecer um perfil básico entre os policiais militares que cometeram suicídio e, além disso, para buscar entender o fenômeno dentro da PMERJ, detalhamos, no Gráfico 1, a seguir, a idade dos policiais militares que consumaram o autoextermínio, assim como o tempo de corporação que eles possuíam, entre os anos de 2016 e 2020.

GRÁFICO 1

Idade dos Policiais Militares da Ativa – Suicídio PMERJ (2016-2020)

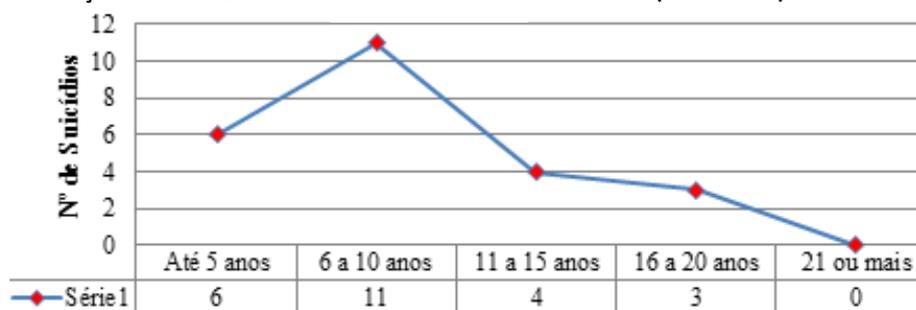


Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ.

Ao analisarmos o Gráfico 1, acima exposto, constatamos que as faixas de idade compreendidas entre 25 e 29 anos; 30 a 34 anos; 35 a 39 anos; e 40 a 44 anos possuem a mesma quantidade de policiais militares envolvidos em casos de autoextermínio. A média de idade entre todos os militares da ativa que cometeram suicídio, entre os anos de 2016 e 2020, é de 36 anos. O estudo realizado por Miranda (2016) aponta que 59% dos policiais militares da PMERJ que participaram de sua pesquisa, e que tentaram cometer suicídio, tinham entre 30 e 39 anos de idade. Quanto às ideias suicidas, 64% dos que declararam ter tido tais ideias pertenciam a tal faixa etária, evidência essa que acompanha a mesma lógica das estatísticas acima exploradas.

GRÁFICO 2

Tempo de Serviço dos Policiais Militares da Ativa – Suicídio PMERJ (2016-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ.

O Gráfico 2, a respeito do tempo de serviço policial militar na PMERJ, expõe que o intervalo entre 6 e 10 anos de experiência na instituição é a faixa etária na qual há o maior risco de o policial militar cometer suicídio. Tal faixa concentra onze dos vinte e quatro casos. A faixa “Até 5 anos” de experiência na PMERJ é a segunda faixa com mais suicídios, com seis ocorrências de autoextermínio.

Se analisarmos que o tempo de carreira até 2020 era de 30 anos, é possível observar que o número de policiais militares da ativa que cometeram suicídio até a metade da carreira é dominante, contando com 21 dos 24 casos registrados, totalizando, assim, mais de 87% do total de ocorrências dessa natureza.

Para Violanti (1993), o predomínio do suicídio em policiais com pouco tempo de corporação se daria pelo fato de muitos deles não se adequarem ao choque de realidade, assim como à quebra de certos valores pessoais e culturais causada pela profissão.

O fenômeno do suicídio entre policiais no início de carreira ocorre principalmente pelo fato de os policiais vivenciarem uma realidade totalmente diferente da realidade na qual estavam acostumados antes de ingressarem na carreira policial. Policiais em início de carreira vivenciam uma espécie de choque cultural, que acontece nos primeiros cinco anos de serviço ativo, havendo, desse modo, predomínio desse tempo de corporação entre os policiais envolvidos em casos de suicídio consumado (Costa, 2016; Violanti, 1993).

Analisando os gráficos e as tabelas expostos, é possível delinear um perfil comum entre os policiais militares que tiram a própria vida no estado do Rio de Janeiro, entre os anos analisados (2016-2020). Tal análise aponta que a maioria desses profissionais: a) é praça (cargo de execução da instituição), principalmente soldados e cabos (as duas primeiras patentes da PMERJ); b) tem entre 30 e 40 anos de idade, idade inicial bastante comum entre os profissionais que, atualmente, estão no início da carreira; e c) tem menos de 15 anos de instituição, ou seja, não chegou à metade da carreira na PMERJ. Tal panorama é destacado por Miranda (2016), que adiciona outras constatações pertinentes de seu estudo, dissertando que:

Ao analisar as duas fontes de informações de mortes violentas na PMERJ, concluímos que o perfil dos policiais militares mortos por suicídios, entre os anos 2005 e 2009, são comuns nos seguintes aspectos: são homens, casados ou vivem em união consensual e com filhos; evangélicos e praças em sua grande maioria (sargentos, cabos e soldados) (Miranda, 2016, p. 57).

No intuito de estabelecermos bases mais sólidas a respeito do fenômeno do suicídio entre policiais militares, elaboramos análises comparativas entre o número de suicídios de policiais militares do estado do Rio de Janeiro, disponibilizados pela Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Polícia Militar, e o número de suicídios, de maneira genérica, em todo o estado, disponíveis no DATASUS Tabnet.

TABELA 3

Suicídio PM X População Geral no estado do Rio de Janeiro (2016-2019)

Ano	Efetivo da PM-Ativo	PM da Ativa – RJ			População Geral - RJ		PM/População
		Total-Suicídios	Taxa/100.000	População (média adotada*)	Total-Suicídios	Taxa/100.000	Risco Relativo
2016	45.789	06	13	17.000.000	576	3,3	3,93
2017	44.487	05	11	17.000.000	607	3,5	3,14
2018	44.020	02	4,5	17.000.000	700	4,1	1,09
2019	43.881	05	11,7	17.000.000	571	3,3	3,54
2020	44.336	06	14,2	17.000.000	789	4,6	3,06

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 3, utilizando como base a taxa relativa por 100 mil habitantes, calculamos o risco relativo de policiais militares em atividade cometerem suicídio, dividindo as taxas de suicídio de policiais militares pelas taxas relativas de suicídio da população fluminense, em geral, entre os anos de 2016 e 2020.

Para entendimento estatístico e base de cálculo, levamos em conta o levantamento populacional do IBGE (2020), que constata que a população do Rio de Janeiro, em 2020, estaria gravitando em cerca de 17,2 milhões de pessoas. Como não há um acompanhamento populacional oficial anual, estimamos uma média de 17 milhões de habitantes em todos os anos analisados, valor abaixo da população estimada em 2020.

Com isso, ao realizarmos as comparações estatísticas dos dados disponíveis no DATASUS, assim como dos disponibilizados pela PMERJ, conseguimos delinear que a chance de o policial militar da ativa se suicidar, no Rio de Janeiro, é cerca de três vezes maior do que a de uma pessoa comum do estado. No ano de 2016, por exemplo, a taxa relativa estabelecida foi quase quatro vezes maior. Enquanto a taxa de suicídio por 100 mil policiais da ativa foi de 13 (treze) suicídios, a taxa de suicídio da população do Rio de Janeiro por 100 mil habitantes foi de 3,3 suicídios.

Há diversos debates no mundo acadêmico que discutem se há ou não maiores índices de suicídio entre policiais. Estudos como os de Kates (2008); Miranda (2012; 2016; 2020); Muniz e Musumeci (1998); Porto e Silva (2018); e Santos (2007) apontam para maiores índices de suicídio entre indivíduos que pertencem a profissões policiais, quando comparados com índices da população geral. Outros estudos sugerem que é difícil afirmar que as taxas de suicídio entre forças policiais são maiores do que as taxas da população geral, tendo em vista: variações regionais dos casos de suicídio; dificuldade de mensuração de variáveis do autoextermínio na população geral; dificuldade de acesso a estatísticas a respeito do suicídio, principalmente entre forças policiais; além de números limitados de dados assertivos a respeito de tal fenômeno (Barron, 2010; Chopko; Palmieri; Facemire 2014).

Assim, além de buscarmos estabelecer um padrão e/ou perfil do policial suicida, tentamos reforçar as evidências dos estudos acima citados, que apontam para o fato de o sujeito pertencente à profissão policial, estatisticamente, ter uma maior tendência ao cometimento do suicídio. Com o objetivo de nos debruçarmos ainda mais sobre o fenômeno, realizamos entrevistas com policiais envolvidos em casos de suicídio diretamente, seja por terem passado por um suicídio não consumado ou por terem tido contato pessoal com algum policial militar que tentou ou consumou o suicídio.

ENTREVISTAS COM POLICIAIS MILITARES QUE TENTARAM COMETER SUICÍDIO

Seguindo as propostas metodológicas da chamada Psicologia Concreta, de Politzer (1998), focamos a nossa linha de pesquisa nos relatos reais de indivíduos envolvidos. Neste caso, buscamos narrativas de policiais militares da ativa da PMERJ que tentaram tirar a própria vida, mas que não obtiveram êxito, além de policiais militares que trabalharam diretamente com policiais que tentaram ou consumaram o suicídio, preferencialmente seus chefes e superiores hierárquicos.

Destaca-se que nem todos os casos foram registrados de maneira oficial, tendo em vista a corrente subnotificação dos casos de suicídio e, sobretudo, das tentativas de suicídio, na PMERJ. Para que contemplássemos os casos subnotificados, buscamos o contato pessoal com o policial, após tomarmos ciência por meio de outros de sua unidade (técnica bola de neve de coleta de dados) pelas redes sociais.

Apesar de termos um considerável repertório de informações, obtidas por meio das estatísticas e do acesso ao Sumário de Informações (Suminfo), fornecidas pela Subsecretaria de Inteligência da PMERJ (SSI), precisávamos de maiores detalhes a respeito desse fenômeno, o qual é tão pouco explorado na

Polícia Militar Fluminense. Escolhemos, dessa forma, obter relatos diretos de policiais militares da ativa envolvidos em casos de tentativa de suicídio.

Em um primeiro momento, procuramos oficiais do setor de psicologia da corporação que possuem experiência com policiais que tentaram o suicídio, no intuito de saber qual é a melhor maneira de colher esses relatos. Fomos informados que, além de não haver problemas em entrevistar policiais envolvidos em casos de suicídio, as entrevistas os ajudariam a expor sentimentos e pensamentos, auxiliando-os na superação do fatídico acontecimento.

Realizar uma entrevista com um desconhecido que se encontra em uma situação psicológica extremamente delicada e que, acima disso, está vivendo em um momento de isolamento social, por conta das entrevistas terem sido realizadas durante o período da pandemia da covid-19, não foi uma tarefa fácil. Desse modo, o caminho mais prático e seguro foi a realização de entrevistas não roteirizadas, mas que seguiram uma lógica montada pelos entrevistadores, beirando, contudo, a informalidade, no intuito de diminuir a carga emocional vivenciada, além de estabelecer uma ligação empática, o chamado *rapport* (Fisher; Geilseman, 1992; Paulo; Albuquerque; Bull, 2013; 2014).

Em determinados momentos, foram utilizadas gírias e palavras informais, levando a entrevista na forma de um bate-papo, para entendimento e resolução de um problema. Contudo, durante a conversa, buscou-se explorar determinados pontos baseados nas categorias e subcategorias já expostas, delineadas antecipadamente pelos entrevistadores, consideradas como os pontos mais importantes durante o levantamento do referencial teórico.

Dessa maneira, podemos citar duas categorias principais buscadas durante tais entrevistas: i) Fatores Causadores do Problema e ii) Fatores Contributivos e de Superação. Estas duas categorias principais não foram explicitadas durante a entrevista, sendo introduzidas, naturalmente, ao longo dos diálogos.

TABELA 4

Categorias e Subcategorias buscadas nas entrevistas

Categorias			
1	Fatores Causadores do Problema	2	Fatores Contributivos e de Superação
Subcategorias			
1.a	Fatores que mais influenciaram na tentativa de suicídio	2.a	Fatores ligados à recuperação e superação do problema
1.b	Possíveis vícios e se os mesmos começaram antes ou depois do ingresso na PMERJ?	2.b	Frase motivacional para outros que estejam passando por uma situação similar
1.c	Problemas psicológicos e se os mesmos começaram antes ou depois do ingresso na PMERJ?		
1.d	Problemas familiares antes da tentativa de autoextermínio?		
1.e	Problemas financeiros antes de tentar dar fim à sua vida?		
1.f	Chefia duvidou dos problemas psicológicos e se apoiou após o caso do suicídio?		
1.g	Teve apoio do setor de psicologia da PMERJ?		
1.h	Problemas com transferências?		
1.i	Premeditou a tentativa de suicídio?		

Fonte: Elaborada pelos autores.

As categorias acima expostas e, principalmente, as subcategorias, foram definidas após análises da literatura a respeito do suicídio, principalmente a partir dos estudos de Miranda (2012; 2016; 2020); Miranda e Guimarães (2016); Santos (1997); e Violanti (1993; 1996), explorados neste artigo.

Dentro das duas categorias apontadas, há subcategorias basilares, introduzidas, necessariamente, em todas as entrevistas, de forma natural e fluida, sem que os entrevistadores se prendessem, entretanto, a nenhuma ordem e/ou desencadeamento de perguntas. Na Categoria 1, denominada Fatores Causadores do Problema, estão as subcategorias apontadas na literatura: a) Fatores que mais influenciaram na tentativa de suicídio, de acordo com o ponto de vista do entrevistado; b) Possíveis vícios e se tais vícios começaram antes ou depois do ingresso na PMERJ; c) Problemas psicológicos e se tais problemas começaram antes ou depois do ingresso na PMERJ; d) Problemas familiares antes da tentativa de autoextermínio; e) Problemas financeiros antes de tentar dar fim à sua vida; f) Se a chefia duvidou dos problemas psicológicos e se apoiou após o caso do suicídio; g) Se o entrevistado, em algum momento, teve apoio do setor de psicologia da PMERJ; h) Problemas com transferências; e i) Se o policial premeditou a tentativa de suicídio.

Já na Categoria 2, denominada Fatores Contributivos e de Superação, temos as subcategorias: a) Fatores ligados à recuperação e superação do problema; e b) Frase motivacional para outros que estejam passando por uma situação similar. Aplicada ao final das entrevistas, a Categoria 2, representada por essas duas subcategorias básicas, teve o intuito de auxiliar na compreensão de quais foram os principais fatores que contribuíram para o policial militar não tentar cometer novamente o suicídio, reforçando, indiretamente, o entendimento a respeito dos fatores ligados ao suicídio, assim como os pontos mais importantes em sua prevenção e posvenção.

Durante as entrevistas, buscou-se utilizar uma estrutura básica, mas não necessária, da seguinte maneira: i) perguntas de controle: graduação, tempo de PMERJ, idade, residência, etc.; ii) descrição dos fatores pessoais que, na visão do entrevistado, mais influenciaram na tentativa de suicídio; iii) se possuía vícios (antes ou depois de entrar na PMERJ), com descrição, caso houvesse; iv) se possuía problemas psicológicos (antes ou depois de entrar na PMERJ), com descrição, caso houvesse; v) se tinha problemas familiares; vi) se tinha problemas financeiros; vii) se a chefia duvidou dos problemas psicológicos e se apoiou após o caso do suicídio; viii) se teve apoio do setor de psicologia da PMERJ; ix) se premeditou o suicídio; x) quais foram os fatores que mais motivaram o policial a sair da situação na qual ele se encontrava; xi) expor uma frase motivacional para outros que estejam passando por uma situação parecida.

De acordo com o andamento da entrevista, determinadas questões foram inseridas, por exemplo: o meio utilizado na tentativa do suicídio; como foi o atendimento na unidade hospitalar; pessoas relevantes para a recuperação; fatores profissionais e institucionais mais relevantes para os problemas vivenciados; entre outras.

Com as categorias e as subcategorias delineadas, foi realizada a escolha do perfil dos policiais militares que seriam entrevistados, no intuito de delimitar melhor o grupo. Desse modo, foram escolhidos policiais enquadrados no perfil de risco padrão já destacado neste artigo (praça, com menos de 15 anos de PMERJ, entre 30 e 40 anos de idade, de preferência soldado ou cabo), que coincide com o perfil geral apontado nos trabalhos de Miranda (2016), Pereira (2015) e Violanti (1993).

Assim, a preferência foi analisar os casos de policiais que possuíam, no momento da tentativa de suicídio, esse perfil de risco padrão, independente do sexo. Essas análises e o perfil padrão são explorados com maior riqueza de detalhes na próxima seção deste estudo.

O roteiro aberto permitiu que os entrevistados conduzissem o andamento da entrevista, expondo seus maiores anseios, suas percepções e seus problemas. A aplicação desse instrumento de obtenção de dados durou, em média, vinte e cinco minutos por entrevistado. O número de entrevistados não foi pré-definido, pois dependia da vontade dos entrevistados em participar, principalmente por parte dos policiais que atentaram contra suas próprias vidas, bem como do êxito no contato com possíveis participantes. Os dados de quem são os policiais e onde trabalhavam foram obtidos através da Planilha de Suicídios e Tentativas de Suicídio fornecida pelo Setor de Vitimização Policial da Subsecretaria de Inteligência.

Ao constatar o policial que tentou cometer suicídio, o telefone para contato inicial foi obtido através de ligações telefônicas e/ou conversas pessoais com policiais das unidades nas quais o policial que tentou o autoextermínio estava lotado na data da ocorrência. Foi priorizado o contato com os chefes ou policiais que trabalhavam com ele, diretamente, na época do fato.

Como critérios de escolha, a preferência de contato foi com chefes e/ou colegas de policiais que tentaram cometer suicídio nos últimos três anos (2018, 2019 e 2020), haja vista maior facilidade de localizá-los, assim como de resgatar memórias do período, principalmente por parte dos envolvidos indiretamente (chefes e/ou policiais que trabalhavam junto com o policial que tentou suicídio).

As entrevistas foram realizadas no ano de 2020, prioritariamente por telefone (principalmente, por conta do período da pandemia da covid-19). Em muitos casos, os policiais afirmaram que, de qualquer modo, sentiam-se mais à vontade em conceder a entrevista através de ligação telefônica, pois não se sentiam confortáveis em realizar uma entrevista pessoal e/ou uma chamada de vídeo. Essa situação de fragilidade e vulnerabilidade é reforçada pelo tabu que envolve os casos de suicídio, destacada por diversos estudos, já citados anteriormente, como Miranda (2012; 2016), Miranda e Guimarães (2016), além dos periódicos da Opas (2018) e da OMS (2023). É uma questão muito presente nas instituições policiais.

Como mencionado, o método mais utilizado nas entrevistas foi a chamada telefônica, gravada através do aplicativo *Cube ACR*, tendo em vista a grande resistência dos participantes do estudo em utilizar outros meios de contato, principalmente vídeo. Houve um caso em que o aplicativo *Cube ACR* apresentou uma falha, não gravando a conversa. Contudo, como medida de contingência, foram realizadas anotações durante cada entrevista, bem como o preenchimento de uma planilha com informações-chave obtidas no relato, não sendo perdido, conseqüentemente, o conteúdo central passado pelo entrevistado.

Nos casos de chamadas de vídeo, utilizamos o aplicativo WhatsApp, gravando o áudio através do aplicativo *Smart Recorder*, utilizado, também, nas poucas entrevistas realizadas pessoalmente. Vale mencionar que, antes da entrevista, solicitamos a autorização de gravação, bem como destacamos o sigilo da identidade do participante.

Após as chefias apontarem para a aparente normalização dos policiais, que já tinham voltado ao trabalho, foi realizado um contato prévio com cada entrevistado, no intuito de explicar a origem do pesquisador, as intenções e os objetivos do trabalho acadêmico, além da solicitação de participação na pesquisa, através de uma entrevista aberta, focada no relato de sua experiência, nas suas condições físicas, psicológicas e sociais, bem como nas situações vividas no momento da tentativa de suicídio.

Conforme orientado pelos profissionais do setor de psicologia da PMERJ, a rememoração dos episódios de suicídio não seria prejudicial para o policial, podendo ser, inclusive, extremamente positiva e salutar. A

atenção dada ao indivíduo envolvido em uma ocorrência de tentativa de suicídio, além da chance dele ser ouvido, pode fazer com que ele não atente mais contra a sua vida (Beck *et al.*, 1997; Botega, 2014).

Fukumitsu e Kovács (2016, p.10), entre as conclusões de seu estudo, apontam para a importância de se ouvir pessoas envolvidas em casos de suicídio, em especial, filhos, familiares e amigos, destacando que: “Os benefícios desta pesquisa se mostram no acolhimento e na escuta recebidos pelos enlutados ao compartilhar suas vivências”.

Reforçando tais hipóteses, uma entrevistada, que atentou contra a sua vida no ano de 2019, entrou em contato conosco, de forma espontânea, uma semana depois da entrevista, agradecendo a oportunidade de ter contribuído para a pesquisa, afirmando ter se sentido muito melhor após partilhar o seu relato e a sua vivência, principalmente pelo fato de ter exposto alguns sentimentos negativos que ainda nutria, mesmo após mais de um ano da sua fatídica ocorrência.

Diante das estruturas e condições descritas, foi realizada essa série de entrevistas com policiais que tentaram cometer suicídio, no intuito de entender os principais fatores ligados ao fenômeno e as estruturas comuns, na PMERJ e na sociedade, que podem ter sido determinantes para essas fatídicas ocorrências entre esses agentes do Estado, assim como os fatores protetivos ligados à “virada de chave” na vida dos que superaram os problemas de ideação suicida e as consequências de uma ação de autoextermínio mal sucedida.

TABELA 5

Policiais entrevistados que tentaram cometer suicídio

	Subcategoria/Fator	Total	Sexo
I	Policiais que atentaram contra a própria vida	10	07 masc. 03 fem.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Uma das categorias buscadas ao longo das entrevistas foi a possível influência da profissão policial militar, bem como a influência da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, nos casos de autoextermínio. Ao longo das entrevistas e análises de caso realizadas com os entrevistados, procuramos questionar e entender se a profissão policial militar seria determinante para a ocorrência do suicídio. Do mesmo modo, tentamos questionar quais fatores ligados às peculiaridades da corporação poderiam ser apontados como fatores que contribuíram para o suicídio.

Todos os dez entrevistados que tentaram cometer o autoextermínio disseram que a profissão policial militar foi uma das causas contributivas, que ajudou, direta ou indiretamente, para que atentassem contra suas vidas, não sendo, porém, um fator único e/ou isolado. Inclusive, alguns entrevistados fizeram questão de salientar que a corporação não tinha sido um ponto de determinante contribuição da sua ação. Dentro dessa dinâmica, vale expor o posicionamento de uma policial a esse respeito, que ressaltou: “Não houve uma questão, assim: ‘ah, foi diretamente esse problema’, ‘foi por conta da polícia’... Não! [...] A Polícia ou o meu trabalho não tiveram uma influência direta, foi mais uma contribuição indireta, de desgaste, né, por conta de escala mesmo. (Praça feminina da PMERJ).

Entre os principais pontos relacionados à instituição, assim como à profissão policial militar, apontados pelos entrevistados como causas para as ocorrências de autoextermínio, estão: i) desgaste

da atividade policial militar (seis de dez entrevistados) e ii) escalas de serviço desgastantes e/ou “apertadas” (cinco de dez entrevistados).

A respeito do desgaste da atividade policial militar, foi relatado pelos participantes que, ao longo do tempo, tal desgaste vai se acumulando e trazendo prejuízos físicos, psicológicos e sociais, por conta das noites sem dormir, além dos serviços cansativos que exigem muitas horas sob tensão e estresse, muitas vezes em pé, carregando equipamentos pesados. Tais evidências colhidas reforçam as conclusões do estudo de Santos (2007), que destaca que essas escalas de serviço, além de desgastantes, afastam os policiais de suas famílias e da sociedade em geral, o que aumenta o risco do cometimento do suicídio entre esse grupo profissional. A respeito dos fatores corporativos contributivos do suicídio na PMERJ, Miranda (2016) salienta que os principais seriam:

A insatisfação com a PMERJ, no que concerne à escala de trabalho, à infraestrutura; aos materiais de uso profissional; ao treinamento oferecido pela Instituição nos últimos cinco anos (em relação ao momento da entrevista); à falta de reconhecimento profissional (por parte dos seus superiores); à ausência de oportunidades de ascensão na carreira e à desvalorização da sociedade (Miranda, 2016, p. 86).

Outro fator que contribui para tal desgaste são as ocorrências que o policial vivencia, que afetam o indivíduo de forma direta ou indireta, ao longo do tempo. A esse respeito, um dos entrevistados frisou que: “Ocorrências assim [violentas], que a gente acha que é tranquilo, mexem com a nossa psique. Sem contar com esse trabalho estressante. A gente vai pra casa e a gente não é igual a um robô, que liga e desliga. Você acha que vai desligar, mas não desliga” (Oficial masculino da PMERJ).

TABELA 6

Categoria PMERJ e a profissão militar. Principais aspectos citados

	Subcategoria/Fator	Total
I	Profissão PM (genericamente)	10
II	Desgaste da atividade policial militar	06
III	Escalas de serviço apertadas	05
IV	Corporação como fator de Recuperação	04
V	Desvalorização Profissional	02

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Porém, ficou constatado, durante as entrevistas, que a corporação não é apenas uma motivadora negativa. Quatro dos dez participantes afirmaram que a PMERJ, não através de ações institucionais, mas por meio dos policiais militares e colegas de trabalho, foi decisiva para a sua recuperação e desistência do cometimento de autoextermínio. O auxílio dos companheiros de farda, não só durante a recuperação dos ferimentos causados pela ocorrência de autolesão, como também após a sua reintrodução profissional, demonstrando preocupação, empatia e colaboração, ajudaram a minimizar os efeitos traumáticos da ocorrência de suicídio. Além disso, essa ajuda serviu, segundo os entrevistados, como força impulsionadora para enfrentar os problemas da vida. Pereira (2015, p. 139) destaca esta contribuição dupla em seu trabalho, salientando que a PMERJ, pelo fato de ser um fator contribuinte

tanto com os casos de suicídio como nos casos de recuperação e prevenção de novas tentativas de suicídio, acaba sendo uma “Faca de Dois Gumes”.

Com isso, é possível reforçar a importância de valorizar o policial militar, tendo em vista que a natureza do serviço prestado, a forma como esse policial é tratado, não só na corporação, como na própria sociedade, além da própria carreira por si só, acabam sendo fatores contributivos e influenciadores de uma série de questões entre os policiais, salvando-os ou afundando-os.

Desse modo, as condições de trabalho ofertadas aos policiais militares da PMERJ precisam ser revistas e melhoradas, visando uma melhor qualidade de vida, aprimorando aspectos sociais, físicos e psicológicos. Como proposta, Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 125) apontam que: “A atenção às necessidades físicas, sociais e emocionais desses servidores públicos é, com certeza, primordial para garantir melhor qualidade de vida para a categoria e para suas famílias”.

Quanto ao desgaste desses profissionais, podemos destacar a necessidade de melhoria e reformulação das escalas da PMERJ. Escalas como a de 12h de trabalho por 24h de descanso, seguida de 12h de trabalho por 48h de descanso, bem como a escala de 12h noturnas por 36h de descanso, geram grandes desgastes na estrutura física, emocional e psicológica dos policiais militares (Minayo *et al.*, 2011; Rotenberg *et al.*, 2001); somados aos serviços extras, esses desgastes geram problemas ainda maiores (Minayo *et al.*, 2008), contribuindo para o aumento do risco do suicídio, em especial de policiais militares que exercem a atividade fim, lidando com os problemas e as questões das ruas (Souza; Minayo, 2005).

Entre os principais pontos relacionados à Categoria Problemas Psicológicos, foram elencadas as principais subcategorias detectadas durante as entrevistas, sendo elas: i) Depressão; ii) Depressão somada a outro problema neurológico e/ou psicológico; iii) Vício (álcool e/ou drogas); iv) Depressão constatada antes de entrar na PMERJ; e v) Depressão Crônica.

TABELA 7

Categoria Problemas Psicológicos e Vícios. Principais aspectos citados

	Subcategoria/Fator	Total
I	Depressão	10
II	Depressão + outro problema neurológico e/ou psicológico	02
III	Vício (álcool e/ou drogas)	03
IV	Depressão constatada antes de entrar na PMERJ	02
V	Depressão Crônica	03

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Durante as entrevistas com os policiais que tentaram tirar suas próprias vidas, todos os dez participantes declararam que possuíam depressão constatada por profissionais de saúde, o que corrobora com as análises de Botega (2015), em que cerca de 90% dos indivíduos que atentaram contra suas próprias vidas possuíam depressão. Dos dez entrevistados, três deles declararam que possuíam algum tipo de

vício, sendo dois alcóolatras e um viciado em drogas e álcool. Estudos apontam que há uma relação entre suicídio e o uso de substâncias alucinógenas, de maneira geral (Porto; Silva, 2018).

Quando uma pessoa com depressão possui algum vício, seja em álcool, drogas, remédios, etc., a chance dela atentar contra a própria vida aumenta exponencialmente. (Prieto; Tavares, 2005; Vidal; Gontijo; Lima, 2013). A cada dez casos de suicídio, em todo o mundo, em um deles o suicida estava sob efeito de álcool (OMS, 2000). Corrêa e Barrero (2006) também apontam para essa relação, estimando que: “cerca de 15% dos alcoolistas vão se suicidar, enquanto 40% vão fazer pelo menos uma tentativa de suicídio” (Corrêa; Barrero, 2006, p. 136).

Todos os entrevistados nesta pesquisa afirmaram que contraíram os seus vícios após ingressarem na PMERJ. Um deles declarou que começou a utilizar cocaína para conseguir ficar acordado à noite, pois, segundo ele, ele servia em uma unidade extremamente violenta, sendo necessário ficar acordado sob total atividade e a pronto-emprego.

Entre todos os entrevistados, apenas dois afirmaram que possuíam depressão antes de ingressar na PMERJ. Os outros oito afirmaram que possuíam uma saúde mental normal antes do ingresso na Instituição. Segundo um dos entrevistados, a violência e, principalmente, determinadas ocorrências que acabam ficando gravadas em sua mente contribuíram decisivamente para os seus problemas psicológicos, sobretudo, para sua tentativa de suicídio.

Um dos entrevistados afirmou possuir transtorno de bipolaridade como um dos problemas psicológicos. Outros policiais declararam apresentar sintomas relacionados ao transtorno de bipolaridade, como as mudanças de humor repentinas, tanto para a excitação quanto para a raiva e a tristeza, que podem durar semanas. Segundo o DSM-5 (2014), a ligação direta entre o transtorno bipolar, o suicídio e a tentativa de suicídio pode corresponder a um quarto de todos os suicídios.

Entre os principais quesitos relacionados à Categoria Problemas Familiares e à Categoria Problemas Financeiros, foram detectadas as seguintes subcategorias: i) Problemas Familiares – Genérico; ii) Problema com Cônjuge/Separação; iii) Filho(s) com Doença(s); iv) Problema com mãe; v) Dificuldade de Contato com os Filhos; e vi) Problemas Financeiros.

TABELA 8

Categorias Problemas Familiares e Problemas financeiros. Principais aspectos citados

	Subcategoria/Fator	Total
I	Problemas Familiares - Genérico	08
II	Problema com Cônjuge/Separação	07
III	Filho(s) com Doença(s)	02
IV	Problema com a Mãe	03
V	Dificuldade de Contato com os Filhos	03
VI	Problemas Financeiros	07

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Corroborando a multifatorialidade do fenômeno do suicídio, após todos os entrevistados apontarem para especificidades da carreira policial militar, bem como para problemas de depressão, foi possível detectar que problemas familiares, de maneira genérica, contribuíram para a tentativa de suicídio na maioria dos casos (oito de dez entrevistados). Em sete casos, os entrevistados viviam, no momento da tentativa de suicídio, um processo de fim de relacionamento, ou seja, uma separação. Alguns relatos abordaram mais de um problema familiar. Dois dos dez entrevistados possuíam filhos com doenças genéticas sem cura, dois tinham dificuldades para ter contato com os seus filhos e outros três possuíam sérios problemas relacionais com suas mães.

Segundo Durkheim (2000), uma família constituída é um fator protetivo ao suicídio. Em contrapartida, uma família desestruturada é um fator de risco para o cometimento do suicídio. Os relatos dos policiais corroboraram essa assertiva de Durkheim. Os entrevistados que demonstraram ter famílias mais desestruturadas, apresentaram uma maior tendência a apontar a família como fator-chave colaborativo em sua tentativa de suicídio.

Em relação a problemas financeiros, estudos corroboram que tal panorama possui uma ligação estreita e direta com o suicídio (Corrêa; Barrero, 2006), sendo detectados em boa parte dos casos de suicídio consumado, ao redor do mundo (Durkheim, 2000; Lovisi *et al.*, 2009). Dos entrevistados, sete apresentavam problemas financeiros no período de sua tentativa de suicídio. Fatores como: i) baixa remuneração, principalmente entre os policiais militares fluminenses em início de carreira; ii) falta de planejamento financeiro, principalmente devido ao uso excessivo de cartões de crédito; iii) aquisições de empréstimos com altos juros; e iv) uma vida repleta de excessos, acima do padrão de vida dos entrevistados, com frequentes idas a boates, bares, eventos, entre outros, seriam os principais pontos ligados à questão dos problemas financeiros.

Em determinados casos, os problemas financeiros acabam gerando problemas familiares e, no caso dos policiais militares, essa questão é potencializada por problemas relacionados ao excesso de trabalho e ao estresse gerado pelo serviço policial militar, pois acabam abrindo mão de suas folgas, no intuito de tirar serviços extras remunerados pela PMERJ, o chamado RAS (Regime Adicional de Serviço). Além disso, alguns policiais se voluntariam para praticar coberturas de escalas de colegas de sua unidade, através de trocas de serviço remuneradas, onde o policial que não quer ser escalado em um determinado serviço faz um pagamento para o outro que, voluntariamente, assume o seu lugar. Outros militares, para complementação da renda, acabam realizando serviços de segurança particular em comércios, casas de show, escoltas, etc.

Dessa forma, podemos constatar que uma melhor remuneração dada aos policiais militares e reduções nas horas ofertadas de trabalho extra, aliadas a programas de conscientização financeira e familiar da tropa, em especial das praças mais modernas (soldados e cabos), contribuem para uma redução nos fatores de risco não só do suicídio, como também dos fatores contributivos para problemas de ordem psicoemocional (Minayo; Assis; Oliveira, 2011).

Outras duas categorias perseguidas por nós durante as entrevistas foram a Categoria Problemas na Unidade, que, de maneira geral, estaria relacionada com perseguições de superiores hierárquicos, bem como com problemas com pares e/ou subordinados, e a Categoria Problemas com Transferência para Outra Unidade, ambas aparecendo como fatores que influenciaram os casos de tentativa de suicídio.

Entre os casos analisados, três entrevistados apontaram como fator contributivo do suicídio uma transferência recente para outra unidade da PMERJ. A dificuldade de adaptação à nova unidade apareceu em todas as três ocorrências. Longos deslocamentos de suas residências até a nova unidade, dificuldades de adaptação e novas rotinas desestruturaram ainda mais a vida desses policiais militares. A esse respeito, Miranda (2016, p. 86) destaca que “a transferência de unidades sem a concordância ou aviso prévio ao policial foi um dos problemas mais citados por policiais que tentaram suicídio”.

Até agora, foram explorados os fatores que contribuíram, de alguma forma, na ocorrência do suicídio. Entretanto, uma das categorias exploradas nas entrevistas foi relacionada aos pontos que ajudaram o policial a “dar a volta por cima” dos seus problemas, para que ele não continuasse tentando tirar a própria vida.

TABELA 9

Categorias Volta Por Cima e Superação. Principais aspectos citados

	Subcategoria/Fator	Total
I	Problemas Familiares - Genérico	08
II	Problema com Cônjuge/Separação	07
III	Filho(s) com Doença(s)	02
IV	Problema com a Mãe	03
V	Dificuldade de Contato com os Filhos	03
VI	Problemas Financeiros	07

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das entrevistas.

Durante as entrevistas, ficou constatado que a família foi um fator dominante no assunto “Fatores de Desmotivação do Suicídio”, principalmente o apego aos filhos. Grande parte dos casos analisados (oito de dez entrevistados) teve a família como fator preponderante, sendo a maioria ligada ao apego ao(s) filho(s) (sete de dez entrevistados). Um dos policiais entrevistados, que já havia tentado cometer suicídio por quatro vezes, declarou que o principal fator que o fez desistir de tirar a própria vida foi o nascimento dos filhos.

Desse modo, é possível mencionar que entre as ferramentas de prevenção ao suicídio na PMERJ está o estímulo ao convívio familiar, sendo importante a difusão de campanhas nesse sentido, assim como as ações institucionais para estimular o apoio psicológico na corporação. Outro ponto importante é o estabelecimento de convênios para ampliar a quantidade de atendimentos psicológicos a policiais militares. O combate, a exposição e a transposição dos tabus relacionados ao suicídio e aos problemas psicológicos são outros meios de possibilitar a redução dos índices de suicídio, assim como proporcionar atendimentos efetivos e de qualidade aos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente em ocorrências de autoextermínio policial militar.

O apoio dos colegas de farda foi outra subcategoria citada pelos participantes como fundamental para a desistência do cometimento de um futuro suicídio. Vale destacar que, dos três entrevistados que alegaram que os colegas de trabalho ajudaram na superação do evento, dois deles eram policiais do sexo feminino. Na PMERJ, o tabu e a rotulação relacionados aos problemas psicológicos e suas consequências

são mais amenos com as policiais do sexo feminino, havendo uma aceitação maior desse problema por parte dos integrantes do sexo masculino que estão a sua volta, ocorrendo um apoio mais efetivo às policiais femininas nessas questões.

Outro fator de desmotivação do suicídio é a religião. Dos dez entrevistados, quatro deles citaram a religião como uma fonte de superação e recuperação quanto aos problemas motivadores do suicídio. Dos quatro casos, três deles frequentavam igrejas evangélicas e um deles, a Igreja Católica. O indivíduo possuir ou não uma religião também seria um fator determinante para ele tirar a própria vida. O sujeito sem religião ou ateu tem uma propensão muito maior de cometer um autoextermínio, sendo a crença em uma força superior um fator protetivo ao suicídio (Bertolote; Fleischmann, 2002; Durkheim, 2000).

Um dos entrevistados ilustrou muito bem a importância de pedir ajuda a familiares, profissionais e à própria religião, estando em consonância com os fatores contributivos e de superação das questões emocionais relacionadas ao suicídio. De acordo com o militar que colaborou com a sua experiência e vivência de superação nesta pesquisa:

Se você acha que não tem família, é mentira; você tem família. Se não é um pai ou uma mãe, você vai ter um avô, uma tia, um irmão, ou algo parecido, que vai estar orando e pedindo pela sua vida. Procurar um aconselhamento. Além do aconselhamento profissional, acho que o aconselhamento espiritual tem grande valia. Independente da religião, ela acrescenta muito na nossa vida. Independente da religião que professe. Se não professar nenhuma religião, que seja um grupo de autoajuda. Sempre tem pessoas que lutam pela vida daqueles que querem se suicidar (Praça masculina da PMERJ).

Assim, é importante os policiais militares terem em mente que o convívio social e, acima de tudo, o convívio familiar contribuem para a sua saúde física e mental. Muitos policiais militares, no intuito de buscar uma maior renda, acabam se voluntariando para diversos tipos de serviço durante a sua folga. Grande parte deles acaba vivenciando escalas e serviços desgastantes, que se somam à ausência de folgas e de convívios social e familiar. Dessa maneira, muitos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro acabam por viver turbulências de relacionamentos durante toda a sua carreira. Os resultados são sempre os mais drásticos: doenças de natureza física e/ou psicológica, problemas familiares e, no extremo desse panorama, os casos de suicídio.

CONCLUSÃO

Durante as pesquisas, foram observados diversos sintomas relacionados a Transtornos de Estresse Pós-Traumático (TEPT) nos policiais entrevistados. Entre os principais sintomas relatados pelos policiais participantes, apontados pela academia especializada, está a sensação de uma ameaça presente e constante, sem que aquele que a sente saiba de onde a mesma vem, deixando o indivíduo em estado de alerta permanente (Ehlers; Clarck, 2000).

Os variados levantamentos e as exposições de dados feitas a respeito dos policiais inativos da PMERJ podem contribuir para pesquisadores que queiram se aprofundar no fenômeno do suicídio entre indivíduos pertencentes a esse grupo, assim como pesquisadores que estejam buscando fenômenos relacionados a esse tema. Quais seriam os fatores mais comuns relacionados aos suicídios desse grupo? Quais seriam as questões, os traumas e comportamentos ligados à profissão que ainda afetariam a vida

desses policiais? Qual é o perfil dessas vítimas? Haveria algum fenômeno por trás da natureza dessas percepções? Seria um fenômeno cultural da PMERJ e/ou de outras instituições militares? Quais seriam os fatores contributivos? Há formas de mitigar essas visões? Como a PMERJ pode se posicionar frente a essa estrutura? Futuras pesquisas podem investigar e responder algumas dessas perguntas, sugerindo ações preventivas e/ou remediativas.

Outras linhas de estudo pertinentes seriam aquelas realizadas com familiares de policiais militares que consumaram o suicídio, com vistas a entender os efeitos desse tipo de caso na família do policial, bem como perceber estruturas psicossociais, emocionais e familiares desses militares e das pessoas mais próximas a eles que poderiam ter contribuído para o fatídico acontecimento.

Miranda (2016), por sua vez, propõe que sejam elaboradas políticas de prevenção do suicídio focadas nas causas e nos métodos de autoextermínio policial militar mais comuns, destacando que: “Todos os policiais vitimizados por suicídio, identificados pela pesquisa, cuja amostra é de 54 indivíduos, recorreram às suas respectivas armas de fogo como meio. Esse dado é muito importante para a formulação das políticas de prevenção do suicídio na PMERJ” (Miranda, 2016, p. 87); pois a prevenção ao suicídio na Polícia Militar Fluminense, para ser efetiva, deve abordar mudanças organizacionais significativas, que interfiram de maneira eficaz na rotina do PM, bem como em seu cotidiano profissional e funcional, além da devida exposição desse problema (Miranda *et al.*, 2020).

Nesse sentido, é necessário que a corporação repense como o seu profissional é tratado, desde as relações entre pares e superiores hierárquicos até melhorias no ambiente de trabalho (Miranda, 2016). É importante que os superiores hierárquicos de todas as camadas de comando da corporação tenham uma maior empatia com os seus subordinados, levando em consideração que a hierarquia e a disciplina são estruturas para facilitar a organização da instituição e não para tolher pensamentos, ações e visões de mundos distintos.

As bibliografias exploradas, assim como as entrevistas realizadas, evidenciam que as atividades inerentes à profissão policial militar por si só já têm um peso enorme na estrutura psicológica do profissional, contribuindo decisivamente no suicídio desses profissionais, confirmando evidências demonstradas em estudos como os de Minayo (2005), Minayo, Assis e Oliveira (2011), Miranda (2012), Miranda e Guimarães (2016), bem como Souza e Minayo (2005). Ademais, vale salientar que, se as condições de trabalho e tratamento não forem dignas e satisfatórias, os casos de suicídio tentado e consumado tenderão a aumentar (Botega, 2015; Dejours, 1992; Violanti, 1996). Nesse prospecto, a autora Miranda destaca o seguinte ponto, em sua obra:

Do total de policiais militares que disseram “não pensou e não tentou” (152), 47% confessaram se sentir satisfeitos em trabalhar na PMERJ. Por outro lado, os policiais militares que comunicaram ideação suicida (50) e tentativa de suicídio (22) informaram não estar satisfeitos em trabalhar na PMERJ, ou seja, 45% e 36% respectivamente (Miranda, p. 49, 2016).

Em consonância com as melhorias do ambiente de trabalho, além de suas condições, vêm ações relacionadas ao reconhecimento do profissional policial, em especial as praças, ressaltando sua importância para a sociedade e, sobretudo, para o funcionamento da instituição, haja vista que a falta de reconhecimento traz a perda de perspectivas e potencializa fatores motivadores relacionados ao suicídio (Dejours; Bègue, 2010). Esses fatores, somados às escalas de serviço menos extenuantes, são importantes para mitigar os efeitos das questões psicológicas e, desse modo, mitigar os casos de suicídio.

A junção entre peculiaridades da profissão policial militar no estado do Rio de Janeiro, em conjunto com problemas psicológicos, acaba sendo uma espécie de bomba-relógio para esses profissionais. Quando somamos o vício a esse intrincado fenômeno, o problema fica ainda mais grave. Entre os dez participantes entrevistados neste estudo, três deles possuíam depressão crônica e, conforme já destacado, dois deles apresentavam tal questão antes mesmo de ingressarem na corporação. Essas questões demandam ainda mais cuidados e atenção, por parte da PMERJ, não só no tratamento profissional e psicológico de seus membros, como também nos quesitos, nos critérios de seleção e nas formas de avaliação dos aprovados para os seus cargos.

Dessa forma, o reforço de programas de assistência psicológica para os policiais militares, as campanhas para reduzir o preconceito e a tabulação dos policiais militares com problemas psicológicos, bem como um maior rigor na seleção desses profissionais, tendo em vista que a carreira policial militar acaba se tornando um fator que pode aumentar os problemas de natureza mental e emocional de seus membros, podem contribuir para reduções dos casos de suicídio tentado e consumado.

Ações como palestras, instruções e seminários dirigidos a todos os policiais também são fundamentais, tanto sobre o suicídio na PMERJ quanto sobre a exposição e o combate de certos tabus e rótulos presentes na cultura organizacional da corporação, em especial aos lotados em unidades nas quais enfrentam situações de maior vulnerabilidade física e psicológica (Miranda, 2016; 2020; Pereira, 2015), como é o caso dos batalhões operacionais convencionais, responsáveis pelo policiamento ostensivo ordinário, atividade constitucional basilar da Polícia Militar.

O objetivo-base deste trabalho acadêmico foi tentar evidenciar os principais fatores que teriam ligação com o suicídio entre policiais militares em atividade na PMERJ, em especial os fatores peculiares ligados não só à corporação, como também à profissão policial militar. Para conseguir analisar essas questões, conversamos com policiais militares da ativa que tentaram cometer suicídio. Dessa maneira, a procura é por entender quais são os principais fatores apontados nesses casos, pautados em determinadas categorias estudadas por trabalhos acadêmicos a respeito do suicídio.

Dentro desse esforço para entender determinados fatores peculiares do fenômeno na Polícia Militar Fluminense, bem como através de análises de estatísticas fornecidas pela SSI, além de dados estatísticos disponibilizados em fontes abertas pelo Ministério da Saúde, através da plataforma de dados DATASUS, vem à luz a possibilidade de que policiais militares do estado do Rio de Janeiro, proporcionalmente, cometem mais suicídios do que a população geral do estado.

Além disso, através de reflexões e análises estatísticas, este estudo propõe a existência de um perfil ou padrão comum entre policiais militares que tiraram a própria vida no estado do Rio de Janeiro, nos últimos cinco anos (2016-2020), sendo: i) ser praça, em especial soldado ou cabo; ii) ter entre 30 e 40 anos de idade; e iii) não ter chegado à metade da carreira na instituição, ou seja, com menos de 15 anos de experiência profissional.

A PMERJ precisa se adequar ao perfil do profissional de maior faixa-etária, pois a idade dos aprovados nos últimos concursos, tanto para o quadro de oficiais quanto para o quadro das praças, tem aumentado consideravelmente. Se entre concursados para oficial a exigência de Bacharelado em Direito fez a idade dos aprovados aumentar, entre as praças a convocação de aprovados em concursos realizados há mais de cinco anos faz com que a idade do novo recruta se dilate ainda mais.

Se há vinte anos os aprovados em concursos da PMERJ tinham cerca de 20 (vinte) anos de idade, atualmente, os novos policiais militares têm quase 30 (trinta) anos de idade, se não mais. Um indivíduo na casa dos trinta anos, geralmente, possui uma vida pretérita com muito mais percalços do que um indivíduo de dezoito/vinte anos de idade, possuindo, em muitos casos, filho(s), casamento(s), divórcio(s), dívidas, etc. Esses pontos dificultam a adaptação do novo policial militar, que vai ter que amoldar a sua vida, e as suas questões pessoais: ao militarismo e às suas inerentes hierarquia e disciplina; à privação de sono, tendo em vista os seguidos serviços noturnos; à pressão social, principalmente da família e da mídia; à violência; entre outras questões (Costa, 2016). Alguns desses indivíduos acabam não se adaptando a essas questões, aumentando o número de policiais com problemas psicológicos e, como último recurso, conforme explorado neste artigo, levados ao suicídio.

Uma das soluções para esse problema da idade elevada dos novos membros, principalmente entre as praças, é a aplicação de um número maior de concursos durante os anos, convocando apenas os aprovados dentro das vagas. A limitação de 23 (vinte e três) ou 25 (vinte e cinco) anos de idade, em especial no concurso para soldado, que é de nível médio, com convocação em no máximo dois anos, poderia ser outra saída para reduzir esse panorama exposto.

Ainda dentro desse panorama, observa-se que as estatísticas de suicídio, assim como os casos de problemas psicológicos entre oficiais da corporação, acabam sendo subnotificadas, por motivos como tabu, protecionismo de classe e tentativa de ocultar o fenômeno entre os gestores da corporação. Os dois casos de tentativa de suicídio analisados neste trabalho foram subnotificados, não sendo, dessa forma, informados aos setores que fazem esse controle estatístico. Costa (2016, p. 160) salienta a estrutura exposta nesses dois últimos parágrafos, ao sugerir que: “tudo indica que os soldados, no grupo das praças, e os tenentes, no grupo dos oficiais, são aqueles que sentem mais diretamente o impacto da atividade policial na sua saúde mental”.

A depressão foi mencionada como fator que contribuiu para a tentativa de suicídio por todos os entrevistados deste trabalho acadêmico, assim como menções à profissão policial militar. A grande maioria dos policiais que tiveram os seus casos estudados apresentou problemas familiares no período da tentativa de suicídio (08 de 10 entrevistados), sendo sete deles relacionados a episódios de separação. Separação e desagregação familiar acaba trazendo uma forte carga emocional, tendo em vista a separação de filhos, a desconstrução da figura da família e as brigas com ex-companheiro(a). Os problemas financeiros também foram observados em grande parte das entrevistas, estando presentes em sete de dez casos.

Outro fator de grande importância é a negligência da corporação quanto ao fenômeno do suicídio. Não há um controle estatístico rígido, por parte da PMERJ. Não há, do mesmo modo, um sistema eficaz de troca de informações a respeito de suicídios e tentativas de suicídio, principalmente entre os setores da área de saúde da instituição. Essa negligência se deve a fatores que vão desde um tabu institucional a respeito do suicídio e dos problemas psicológicos, potencializado por uma cultura organizacional que rotula os policiais militares que tenham se envolvido nesse tipo de problema, até uma falha coordenação de todo o sistema de saúde da PMERJ, que não possui um canal de comunicação eficaz entre os seus hospitais e as unidades de saúde subordinadas. Consequentemente, muitas ocorrências acabam sendo subnotificadas e os seus envolvidos negligenciados.

Contudo, a PMERJ demonstra que apresenta ações isoladas que ajudam a atenuar o fenômeno do suicídio. Apesar da Seção de Psicologia da PMERJ não possuir nenhum controle e/ou trabalho de assistência a

policiais que tentaram suicídio, os oficiais psicólogos que atuam no HCPM e nos batalhões de área acabam, de forma isolada, prestando apoio profissional aos policiais militares envolvidos em ocorrências de tentativa de suicídio. Além disso, em certos casos, esses profissionais auxiliam familiares de policiais que consumaram o autoextermínio.

Outro fator positivo, observado durante os estudos de casos e as entrevistas, foi que o apoio dos colegas de farda acaba sendo um fator de proteção aos policiais que se encontram em situação psicológica delicada. Esse apoio se apresentou mais caloroso e eficaz quando o policial que se envolveu em um caso de tentativa de suicídio é do sexo feminino. Porém, vale destacar, que foi constatado esse apoio também dado aos policiais do sexo masculino que passaram pela mesma situação.

Conforme pontuado neste trabalho, é de suma importância a integração dos órgãos de saúde da PMERJ com o setor de inteligência, no intuito de não apenas realizar um controle estatístico mais eficaz, como também para identificar policiais que estejam em situações de suicídio iminente. Atualmente, muitos desses policiais acabam utilizando as redes sociais para expor suas ideias e pretensões suicidas.

Além disso, campanhas contra o suicídio, assim como instruções nos centros de formação de praças e oficiais, podem contribuir para o entendimento do fenômeno em questão, ajudando a identificar sinais de pares, superiores e subordinados. A prevenção é uma ferramenta eficaz para mitigar os fenômenos do suicídio e da tentativa de suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A empatia e a valorização do policial militar, por parte da corporação, no intuito de abrir os olhos e os corações de todos os seus membros, reforçariam a mensagem escrita na parede da Academia de Formação de Oficiais, que diz: “O maior patrimônio da PMERJ é o policial militar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli. 5 ed. Dados eletrônicos – Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44147>.

BARRON, Stephen. Police officer suicide within the New South Wales police force from 1999 to 2008. **Police Practice & Research: An International Journal**, v. 11, n. 4, p. 371-382, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/15614263.2010.496568>.

BECK, Aaron; RUSH, John; SHAW, Brian; EMERY, Gary. **Terapia cognitiva da depressão**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BERTOLETE, José Manoel; FLEISCHMANN, Alexandra. A global perspective in the epidemiology of suicide. **Suicidologi**, v. 7, n. 2, p. 6-8, 2002.

BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, set./dez, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140004>.

BOTEGA, Neury José. **Crise Suicida**: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CHOI, Jaeyong; KRUIS, Nathan; YUN, Ilhong. When Do Police Stressors Particularly Predict Organizational Commitment? The Moderating Role of Social Resources. **Police Quarterly**, v. 23, n. 4, p. 527-546, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1098611120923153>.

CHOPKO, Brian; PALMIERI, Patrick; FACEMIRE, Vanessa. Prevalence and predictors of suicidal ideation among U.S. law enforcement officers. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 29, n. 1, p. 1-9, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11896-013-9116-z>.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **O suicídio e os desafios para a Psicologia**. Brasília: CFP, 2013.

CORRÊA, Humberto; BARRERO, Sérgio Perez. **Suicídio**: uma morte evitável. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006.

COSTA, Maria Cristina Garcia. **Atenção, Sentido**: entre a posição que paralisa e a atividade que transforma. Um estudo em saúde mental entre policiais militares. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2016.

DAHLBERG, Linda; KRUG, Etienne. **Violência**: um problema global de saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 1, p. 1163-1178, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez e Oboré, 1992.

DEJOURS Christophe; BÈGUE Florence. **Suicídio e trabalho**: o que fazer?. Brasília: Paralelo 15, 2010.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. Tradução: Monica Stabel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EHLERS, Anke; CLARK, David. A cognitive model of posttraumatic stress disorder. **Behaviour Research and Therapy**, 38, 319-345, 2000.

EKMAN, Paul. **A linguagem das emoções**: revolucione sua comunicação e seus relacionamentos reconhecendo todas as expressões das pessoas ao seu redor. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

FISHER, Ronald; GEISELMAN, Edward. **Memory-enhancing techniques for investigative interviewing: The cognitive interview**. Springfield, IL: Charles C. Thomas Publisher, 1992.

FREITAS, Maria Ester. Suicídio, um problema organizacional. **Revista GVexecutivo**, 2011.

FUKUMITSU, Karina Okajima; KOVÁCS, Maria Júlia. Especificidades sobre processo de luto frente ao suicídio. **PePsic**, 2016.

IRIGARAY, Hélio Arthur; OLIVEIRA, Lucia; BARBOSA, Elaine; MORIN, Estelle. Employment relationships and meaning of work: a research with higher education professors. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190070>.

KATES, Allen. **CopShock**: Surviving Posttraumatic Stress Disorder (PTSD). 2 ed. Holbrook Street Press, 2008.

KUTCHER, Stan; CHEHIL, Sonia. **Manejo do risco de suicídio**: um manual para profissionais de saúde. Massachusetts/EUA: Lundbeck Institute, 2007.

LOVISI, Giovanni Marcos; SANTOS, Simone Agadir; LEGAY, Letícia; ABELHA, Lúcia; VALÊNCIA, Elie. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2009.

MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. Tradução: Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARBACK, Roberta Ferrari; PELISOLI, Cátula. Terapia cognitivo-comportamental no manejo da desesperança e pensamentos suicidas. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.122-129, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p. 2199-2209, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Coords.). Jornada de trabalho. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Coords.). **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p. 117-126.

MS – Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, v. 48, n. 30, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/03/2017025PerfilepidemiologicodastentativaseobitosporsuicidiononoBrasilearededeatenaosade.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024 .

MIRANDA, Dayse. **Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial: o que sabemos?. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2016.

MIRANDA, Dayse; CRUZ, Fernanda Novaes; FONTE, Mariana da; NAPOLIÃO, Paula; PEREIRA, Tatiana Guimarães Sardinha; CERATTI, Nathalia Fallavena. **Boletim IPPES 2020**: Notificação de Mortes Violentas Intencionais entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES), 2020.

MUNIZ, Jacqueline; MUSUMECI, Bárbara (Coords.). **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Iser; Unesco; Ministério da Justiça, 1998.

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde. “Suicídio é grave problema de saúde pública e sua prevenção deve ser prioridade”, afirma OPAS/OMS. **Folha informativa sobre suicídio**, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/15-5-2018-suicidio-e-grave-problema-saude-publica-e-sua-prevencao-deve-ser-prioridade>. Acesso em: 18 jun. 2024.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra: OMS, 2000. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Suicide**: Key facts. Portal da OMS, Central de Notícias, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PAULO, Rui; ALBUQUERQUE, Pedro; BULL, Ray. The enhanced cognitive interview: towards a better use and understanding of this procedure. **International Journal of Police Science & Management**, v. 15, n. 3, 190-199, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1350/ijps.2013.15.3.311>.

PAULO, Rui; ALBUQUERQUE, Pedro; BULL, Ray. A entrevista cognitiva melhorada: pressupostos teóricos, investigação e aplicação. **Psicologia**: Revista da Associação Portuguesa de Psicologia, Lisboa, v. 28, n. 2, p. 21-30, 2014. DOI: <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v28i2.639>.

PEREIRA, Tatiana Guimarães Sardinha. **Tiro de Misericórdia**: uma análise dos fatores institucionais do suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

POLITZER, Georges. **Crítica aos fundamentos da psicologia**: a psicologia e a psicanálise. Piracicaba: Unimep, 1998.

PORTO, Diego; SILVA, Daniel Nunes da. Prevenção do suicídio na polícia militar: a percepção do problema e alguns cuidados importantes a serem tomados pelos comandantes. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 197-219, jan./jul. 2018.

PRIETO, Daniela; TAVARES, Marcelo. Fatores de risco para suicídio e tentativa de suicídio: incidência, eventos estressores e transtornos mentais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 146-154, 2005.

ROTENBERG, Lúcia; PORTELA, Luciana Fernandes; MARCONDES, Willer Baumgartem; MORENO, Cláudia; NASCIMENTO, Cristiano de Paula. Gênero e trabalho noturno: sono, cotidiano e vivências de quem troca a noite pelo dia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 639-649, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000300018>.

SANTOS, Susana Maria da Silva Ferreira Matias dos. **Suicídio nas forças policiais**: um estudo comparativo na PSP, GNR e PJ. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal) – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2007.

SHANE, Jon. Organizational stressors and police performance. **Journal of Criminal Justice**, v. 38, n. 4, p. 807-818, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2010.05.008>.

SOUZA, Edinilsa Ramos; MINAYO, Maria Cecília. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

TORRES, Kamille; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O suicídio nas organizações econômicas. **Anais** do XLIII Encontro da Anpad. São Paulo, EnAnpad, 2019.

VIDAL, Carlos Eduardo Leal; GONTIJO, Eliane Costa Dias Macedo; LIMA, Lúcia Abelha. Tentativas de suicídio: fatores prognósticos e estimativa do excesso de mortalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 175-187, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2013000100020>.

VIOLANTI, John. Padrões de estresse no trabalho policial: um estudo longitudinal. **Revista Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1993.

VIOLANTI, John. **Police suicide: epidemic in blue**. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, 1996, p. 10-86.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**